

Território Turístico: uma Categoria de Análise para o Planejamento Turístico de Antônio Prado (RS)

Pedro de Alcântara Bittencourt César¹

Cintia Elisa Dhein²

Raquel Marcon³

Resumo

Apresenta-se uma abordagem das formações territoriais para compreender as possibilidades de planejamento turístico. A territorialidade tem se tornado uma recorrente categoria para a compreensão de um determinado local. Seu entendimento poderá resultar em ações comprometidas com os valores sociais e culturais. Desta forma, conceitua-se território e territorialidade, com o intuito de relacionar os referidos termos com as atividades turísticas. O método histórico-genético, utilizado na pesquisa, possibilita o reconhecimento do ambiente encontrado, para a definição de um diagnóstico das atividades turísticas de Antônio Prado (RS). Esta localidade, situada na região da Serra Gaúcha, possui um acervo arquitetônico reconhecido como Patrimônio Nacional. Nesta pesquisa, apresenta-se, assim, a relação entre os moradores, os turistas e as lógicas de apropriações espaciais.

Palavras-chave: Turismo cultural. Planejamento turístico. Planejamento turístico cultural. Patrimônio arquitetônico.

Introdução

Estuda-se a prática da visitação cuja motivação principal é conhecer lugares que se destacam por sua riqueza patrimonial, seus costumes e tradições e sua gente. Torna-se pertinente, em relação a essa prática, defini-la como **turismo com componentes culturais** (VALLBONA; COSTA, 2003). Entretanto, adotaremos a perspectiva dos autores Pelegrini Filho (1997), Camargo (2005), Barreto (2007), Funari e Pinsky (2005) ao conceituá-la como Turismo Cultural.

¹ Universidade de Caxias do Sul – Docente Pesquisador PPGTur (Mestrado) / UCS.
pabcesar@ucs.br

² Universidade de Caxias do Sul – Bolsista Pesquisadora PPGTur (Mestrado) / UCS.
cintiadhein@hotmail.com

³ Universidade de Caxias do Sul – Bolsista Pesquisadora CEAA - Arquitetura / UCS.
raquemarcon@gmail.com

Associam-se à atividade motivações de visitação a lugares com valores históricos e culturais. Segundo Mathieson e Wall (1989), são três formas de cultura que atraem os visitantes: a inanimada, ou seja, que não envolve diretamente a atividade humana, como a visita a monumentos, prédios históricos, compra de artesanato; a refletida no dia a dia do destino, ou seja, a observação das atividades habituais econômicas e sociais dos habitantes; e as animadas, aquelas que envolvem acontecimentos especiais, descrições históricas ou eventos, por exemplo.

Espera-se agregar alternativas de preservação do patrimônio e da cultura. Faz-se necessário, para tal, definir processos de envolvimento da população com seus bens culturais. Tal condição pode vir a possibilitar “um aproveitamento turístico sustentável, adequado econômica, social, ambiental e culturalmente” (SIMÃO, 2006, p.68).

As práticas de apropriação espacial devem ser reconhecidas para o entendimento de um turismo sustentável. Suas ações, desdobradas em inúmeras possibilidades, sustentam-se em determinados recortes que possibilitam certos entendimentos das ações observadas. Assim, esta pesquisa apresenta resultados de uma análise de reconhecimento das relações e apropriação do bem cultural na cidade de Antônio Prado (RS). Referencia-se a pesquisa no método histórico-genético (LEFÉBVRE, 1986), caracterizado como procedimento para o reconhecimento, análise e proposição para ações do planejamento turístico. Assim, o entendimento espacial da localidade envolvida é condição *sine qua non* para ações de intervenção físico-espacial da localidade turística. Assim, suas práticas tornam-se instrumentos para ações futuras, embasados em um compromisso sócio-espacial.

Elaboração conceitual

A apropriação do patrimônio cultural de uma localidade pela população local permite práticas sustentáveis de visitação turística. Assim, os atrativos culturais devem ser voltados, especialmente, para atividades relacionadas à produção espacial dos moradores locais (CAMARGO, 2005). Uma das maneiras que possibilita este entendimento perpassa o levantamento de suas territorialidades.

O reconhecimento dos territórios torna-se um importante instrumento para estabelecer parcerias e definir objetivos e estratégias a serem adotadas. Possibilita, também, uma vinculação dos agentes diretamente envolvidos com o turismo e o

patrimônio, a fim de r impactos negativos que podem causar deterioração, desvalorização, descaracterização ou até mesmo a destruição dos bens patrimoniais (DIAS, 2006). Esses, muitas vezes, têm outros usos distintos do que o originalmente proposto.

Espera-se, entretanto, manutenção do legado, quando associado a um novo contexto cultural, preservando seu estatuto cultural, artístico e arquitetônico. Assim, o turismo ajuda a valorizar este patrimônio, indicando oportunidades novas de recuperação, reutilização e conservação ao oferecer viabilidade financeira (VIÑUESA, 2002). Esta condição se justifica pelos esforços de proteção, conservação e manutenção do patrimônio, devido aos benefícios econômicos e sócio-culturais que produzem para toda a população envolvida (HENRIQUES, 2003). De acordo com a Carta Internacional do Turismo Cultural (ICOMOS, 1999), sua atividade deve proporcionar às comunidades residentes motivações para cuidarem de seu patrimônio e suas práticas culturais. Desta forma, empenha-se no envolvimento e na cooperação das comunidades locais, dos operadores turísticos, da iniciativa privada, dos gestores políticos, de forma que a atividade se desenvolva de maneira sustentável e que valorize a proteção do patrimônio para as futuras gerações. Segundo Gomes (2007), a necessidade do estabelecimento de uma relação de pertencimento com determinado bem deve ser discutida quando se buscam ações de preservação patrimoniais.

O território e sua territorialidade: conceito

O território elabora-se como formação concreta de entendimento espacial. No espaço, pondera-se relação entre as escalas superiores e as escalas cotidianas. Assim, nas superiores, a ordem global se alinha em razão técnica e operacional, criando, muitas vezes, territórios em rede, tais como as estruturas financeiras, as jurídicas e as superestruturas (SPOSITO, 2002, p.112).

Há um conflito que se agrava entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los. Daí o interesse de retornar a noção de espaço banal, isto é, o território de todos, freqüentemente contido nos limites do trabalho de todos; e de contrapor essa noção à noção de redes, isto é, o território daquelas formas e normas ao serviço de alguns (SANTOS, 2005, p.142).

Porém, “a ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na continuidade” (SANTOS, 2004, p.339) espacial. Já o espaço local (banal) associa-se ao território cotidiano (do território de todos), embora possa proporcionar redes, que servem as estruturas.

Os territórios resultam de ações humanas; em outro tempo, mais por ações de domínio objetivo, e, hoje, cada vez mais por ações de informação e normatizadoras (SANTOS, 2005, p.138). Muitas vezes, as representações do espaço definem territorialidades (RAFFESTIN, 1993, p.144). Nele, reporta-se a algo concreto, associado a seus valores de troca, a sua relação funcional, ao espaço definido por relação material e simbólica. Apropria-se do espaço por seu valor de uso, do espaço vivido, em sua dimensão cotidiana. Define-se como objeto híbrido que incorpora e apropria ações e subjetividade, em suas relações políticas, econômicas e culturais (HAESBAERT, 2007). Os territórios o são por suas formas, mas também por usos, ou seja, “objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 1996, p.16). No território, definem-se as imagens que relacionam as representações espaciais, definindo e qualificando o lugar, os monumentos, as vias, bem como os seus limites imaginários (ALBA, 2004, p.118).

O território define, espacialmente, o uso objetivo das relações, tendo a sua “forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida” (SANTOS, 2005, p.137). Seu funcionamento elabora domínios horizontais e verticais. As horizontalidades, com sua continuidade, contrapõem-se com verticalidades, e os pontos distantes, em uma continuidade material, que se relacionam entre si por processos sociais (SANTOS, 2005, p.139). Outra característica é sua efemeridade. Ele se compõe e se decompõe, nas diferentes escalas, do local, das práticas cotidianas, ao global, de práticas abstratas, e com periodicidade das mais variadas (SOUZA, 2003, p.81). Pode ser, inclusive, flexível e móvel na sua relação espaço-tempo (SOUZA, 2003, p.88), como o território dos camelôs e o das prostitutas (RIBEIRO, 1997), que apresentam, inclusive, dinâmicas de apropriação com hora específica, em sua definição.

As categorias etimológicas e materialistas, normalmente, definem o território. O poder, o produto de relação de trabalho, a produção e a troca, são práticas individuais e

sociais, que se confrontam com a esfera do cotidiano. São confrontos dialéticos de complexidade sócio-espacial e suas formações estruturais com as representações e ações de seus atores (DI MÉO, 1993, p.307).

Associados ao senso de propriedade, porém, os territórios são permeáveis por outras relações e a sua base mais elementar associa-se a redes de caminhos e a lugares (TUAN, 1985, p.149). No espaço vivido, encontra-se o ator social, como agente de um espaço produzido pela sucessão histórica. Nele, os indivíduos agem em um sistema de disposição, sentimento e percepção, em contraste com sua formação sócio-espacial. Pode haver, por exemplo, um território que seja, ao mesmo tempo, artístico, turístico e de comércio, que “é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de uma relação de poder” (SOUZA, 2003, p.78), e suas apropriações ideológicas, sociais e econômicas.

Pensa-se o território por sua territorialidade. Territorialidade que envolve o sujeito e o objeto, híbrido, recurso presente, tendo como ponto de relação seu ator, dele subscrito, com sua produção e consumo, engendrado na lógica espacial, apropriando ou expropriando. Têm-se, também, as ações territoriais que justificam a perenidade territorial, muitas das transposições e justaposições, além das dinâmicas flexíveis, suas fronteiras, consistências e inconsistências sociais e culturais.

Construção metodológica

A pesquisa se norteou pelo Método histórico-genético de Lefebvre (1986). Baseou-se em pesquisa bibliográfica para a construção da fundamentação teórica. A observação indireta se deu por entrevistas semi-estruturadas, com moradores dos municípios, principalmente aqueles envolvidos com a problemática patrimonial e turística.

Tem-se como pressuposto que o aproveitamento do patrimônio cultural para a atividade do turismo pode ajudar na salvaguarda do conjunto arquitetônico e urbanístico do Município de Antônio Prado. Assim, seu envolvimento com as práticas urbanas e com a apropriação turística pode oferecer possibilidades de crescimento econômico, com desenvolvimento sociocultural e ambiental. Assim, verifica-se como se desenvolvem as dinâmicas espaciais diversas, e, especificamente, o turismo em Antônio Prado.

Busca-se compreender as relações das apropriações espaciais na definição de territorialidade. A pesquisa se estrutura com o uso de técnicas metodológicas de reconhecimento das transformações espaciais. Essas se definem como objeto para o estudo da formação de territórios por uma relação turística e urbana. Desta forma, os procedimentos metodológicos amparam-se em posicionamentos adotados por Bourdieu (2003) e sua identificação dos usuários do espaço e das relações como valor de representação (BAILLY, 1995). Ao se aproximar o olhar traz-se à tona a relação sujeito – espaço vivido, tendo as singularidades humanas, de suas ruas, de seus espaços particularizados, como elementos de análise (FRÉMONT, 1980, p.91). A palavra e o olhar tornam-se, dessa forma, instrumentos primordiais, como meio de investigação, além dos mapas, que se tornam “um preciso intermediário entre o investigador e certa realidade a descobrir” (FRÉMONT, 1980, p.97).

Na análise do espaço social, as preocupações com a forma de vestir, as características de consumo ostentadas são maneiras simbólicas de determinar grupos e suas práticas sociais, através dos seus símbolos, além de crenças e atos sociais (BOURDIEU, 2003). Definem-se, portanto, as práticas cotidianas que caracterizam o lugar.

Caracterização do objeto da pesquisa

O município de Antônio Prado se localiza na Serra Gaúcha, na encosta superior do nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Situa-se a 184 km de Porto Alegre e a 658 metros de altitude acima do nível do mar. Tem uma área de 347,62 km² e sua população de 12.833 habitantes (IBGE 2010).

A localidade foi a sexta colônia imperial a ser criada na Serra Gaúcha. Esse processo iniciou-se em 1886, quando os primeiros imigrantes se instalaram na região, dedicando-se, fundamentalmente, à pequena agricultura familiar. Sua formação associou-se a uma migração interna de colonos italianos, especialmente do Campo dos Bugres (Caxias do Sul), e à chegada de novas famílias de imigrantes. Situada à margem direita do Rio das Antas, chamou-se, inicialmente, de *Paese Nuovo*, pelos recém-chegados (ROVEDA, 2003).

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), localiza-se, na cidade, o maior conjunto arquitetônico da colonização italiana no Brasil.

São 48 imóveis do centro urbano, tombados desde a década de 1980. Esses foram inventariados, para esta pesquisa, possibilitando compreender o panorama geral das edificações e como se desenvolve a sua apropriação. Assim, são reconhecidos seus atores e usos. Apesar de a cidade ser uma referência na mídia e no imaginário para o turismo cultural, a lógica encontrada é diferente da que se pressupõe. A visita se resume, sobretudo, a um turismo de excursionistas, de roteiros rodoviários organizados por agências, e pela presença de pesquisadores diversos que visitam o local por questões históricas, arquitetônicas e culturais.

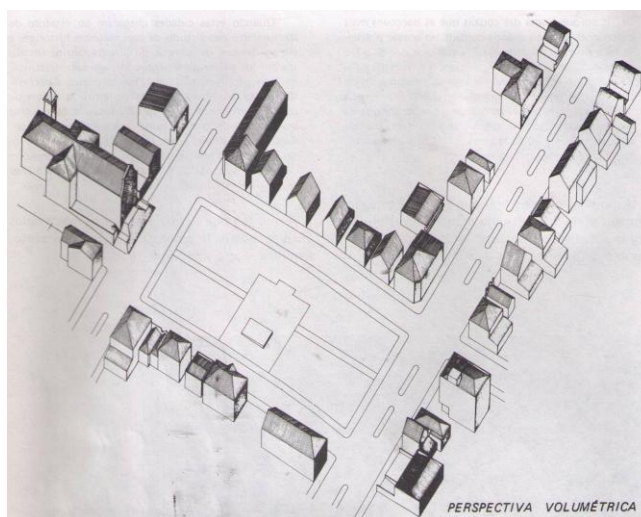


Figura 1: Perspectiva Volumétrica Centro Histórico
Fonte: Posenato, 1989

O traçado urbano de Antônio Prado foi projetado por engenheiros e agrimensores do Governo Imperial. Nele, nota-se uma praça central, fronteira à igreja matriz, como foco central da vida, do comércio e da administração urbanas, a partir da qual se sucedem ruas e avenidas paralelas e perpendiculares, definindo quadras regulares (Figura 1).



Figura 2: Avenida Valdomiro Bocchese

Fonte: Posenato, 1989.

Observa-se, em relação aos usos atuais, que a maioria das edificações tombadas mantém suas características originais, apresentando comércio na parte térrea e no restante residência (Fig. 3). A Avenida Valdomiro Bocchese, antiga Estrada Júlio de Castilhos, define-se como eixo estruturante da cidade até os dias atuais.

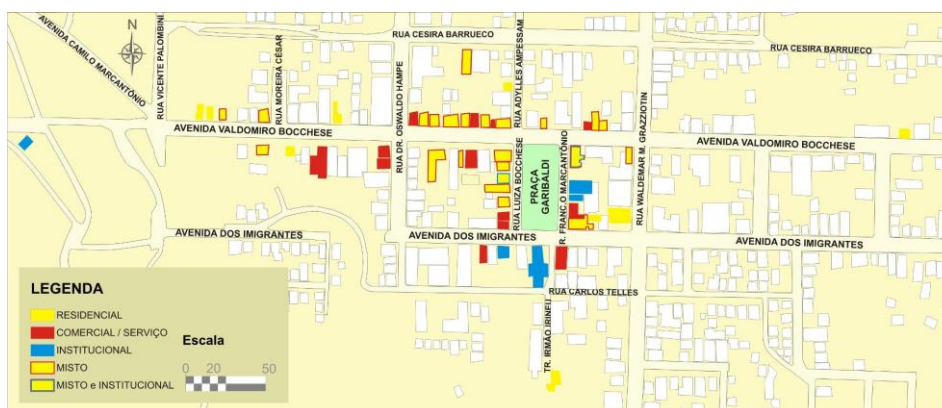


Figura 3: Mapa de Usos

Predominam os bens nos arredores da Praça Garibaldi (Praça Central). Área que configura a centralidade urbana da cidade. O serviço e o comércio atualmente instalados servem para atender essencialmente à demanda da população local. Configuram-se por lojas de vestuário, mobiliário, escritórios, pequenos restaurantes, entre outros, o que não estimula a apropriação turística, já que sua função não se destaca das demais e pode ser encontrada em qualquer centro urbano.

No que se refere ao estado de conservação das edificações, pode-se considerar alguns pontos principais que caracterizam atualmente o conjunto arquitetônico/urbano de Antônio Prado. A maioria das edificações apresenta boa condição de habitabilidade. Alguns problemas encontrados estão nas residências em estado regular, ou seja, aquelas em que se encontraram dados sobre restaurações, porém devido a problemas diversos, já apresentam patologias, como infiltração, entre outros. Cinco edificações não se encontram em bom estado de conservação. Nelas, nota-se um alto grau de deterioração, inclusive de sua estrutura. A restauração pode ser comprometida em sua fidelidade, já que muitas características originais podem ser perdidas.

Considerações da pesquisa

A territorialidade comercial em Antônio Prado é demarcada no eixo estruturante da cidade, como já mencionado anteriormente, definido pela Avenida Valdomiro

Bocchese e os arredores da Praça Garibaldi. Nesse contexto, encontra-se a territorialidade institucional, formada pela Praça Garibaldi, Prefeitura Municipal, Biblioteca Municipal, Igreja Matriz e o Escritório do IPHAN.



Figura 4: Mapa Territorialidades Institucional e Comercial

Através deste estudo, observou-se que a territorialidade turística ocorre também no ponto central da cidade, a Praça Garibaldi, sendo originada principalmente nos finais de semana, com a volta dos moradores (jovens estudantes), sendo um ponto de encontro, também, de ex-moradores (hoje, turistas de final de semana). Ainda neste cenário, analisa-se uma territorialidade turística pontual, caracterizada pela Agência de Viagens CVC, que, com seu roteiro turístico, envolve a cidade, desfrutando apenas de alguns pontos, entre eles a Praça Garibaldi, Igreja Matriz, Artesanato (Casa da Neni) e Restaurante Italiano. Esta prática se caracteriza por um turismo de passagem, sem pernoites na cidade, onde o turista apenas passa algumas horas e segue seu roteiro fora da cidade.



Figura 5: Mapa de Territorialidades Turísticas

Portanto, hoje, o cenário ideal para o desenvolvimento do turismo cultural em Antônio Prado realiza-se ações que vão desde o poder público municipal, que envolvam e movimentem a cidade durante todo o ano, isto claro, com a parceria de agentes privados e população em geral. O reconhecimento dos territórios em Antônio Prado facilita ações de planejamento turístico. Suas territorialidades, as constantes transformações, as formas de apropriação possibilitam o entendimento das relações entre os moradores e os turistas com as possibilidades de uso do patrimônio. A existência de uma apropriação em rede, embora não se questione seu valor nas lógicas territoriais, identifica a presença da localidade em roteiros nacionais.

Essas são questões que possibilitam ações futuras. Espera-se, ao apresentá-las, contribuir com o arcabouço de oportunidades de ações futuras para ações físico-espaciais relacionadas ao turismo na localidade.

Referências Bibliográficas

ALBA, Martha. Mapas mentales de la ciudad de México: una aproximación psicosocial al estudio de las representaciones espaciales. *In. Estudios demográficos y urbanos*. México: El Colegio de México, n.55, pp.115-143.

BAILLY, Antoine, Géographie regionale et représentation. *In. BAYLLE, A. e DEBARDIEUX, B (org.) Géographie regionale et représentation*. Paris, Anthopos, 1995, p.25-34.

BARRETTO, Margarita. **Cultura e turismo**: discussões contemporâneas. São Paulo: Papirus, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5ed. (Introdução Sergio Miceli). São Paulo: Perspectiva, 2003.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico e cultural**. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2005.

CARA, Roberto Bustos. Patrimonialización de valores territoriales, turístico, sistemas productivos y desarrollo local. *In. Aportes y transferencias*, v.8, n.2 Mar del Plata: Universidade Nacional de Mar del Plata, 2004, pp. 11-24.

DI MÉO, Guy. (1994) Patrimoine e territoire, une parenté conceptuelle. In: **Espaces et Sociétés**. Paris: L'Harmattan.

FREMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Livraria Almedina, Coimbra: 1976.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. **Turismo e patrimônio cultural**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In. **Anais do X EGAL**, São Paulo: DG-FFLCH-USP, 2005, pp.6774-6792pp.

HENRIQUES, Cláudia. **Turismo, cidade e cultura**. Planejamento e gestão sustentável. Lisboa: Silabo, 2003.

ICOMOS. “Carta Internacional do Turismo Cultural”. **12.ª Assembléia Geral do ICOMOS**. México: Outubro de 1999.

LEFEBVRE, Henri. Perspectivas da Sociologia Rural. In: **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MATHIESON, Alister & WALL, Geoffrey. **Tourism: Economic, Physical and Social Impacts**. Singapore: Longman Scientific & Technical, 1989.

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Ecologia, cultura e turismo**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1997.

POSENATO, Júlio, (Org.). **Antônio Prado: cidade histórica**. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993

RIBEIRO, Miguel Angelo. A prostituição de rua e turismo: a procura do prazer na cidade do Rio de Janeiro. In. RODRIGUES, Adyr Balastrei. **Turismo, modernidade, globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997, p.102-118.

ROVEDA, Fernando. **Memória e Identidade: Antônio Prado – Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. **Caxias do Sul**: Gráfica e Editora Lorigraf Ltda., 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 3ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1986.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. 5ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia e conceitos e técnicas**. 6ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003 (1995), p.77-116.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Ed.UNESP, 2004.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VALLBONA, Montserrat Crespi; COSTA, Margarita Planells. **Patrimônio cultural**. Madrid: Sínteses, 2003.

VIÑUESA, Miguel Ángel Troitiño. **Recuperación del Patrimonio Cultural Urbano como Recurso Turístico**. Tese (Doutorado), Facultad de Geografía e Historia, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2002.